

Comitê**3ª EMENDA AO REGULAMENTO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DO
BANCO DE DADOS DA POLÍTICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS**

O **PRESIDENTE DO COMITÊ GESTOR DA CONCILIAÇÃO**, no uso de suas atribuições, considerando a Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015, a Resolução CNJ n. 125, de 29 de novembro de 2010, a Resolução Enfam n. 6, de 21 de novembro de 2016, e o contido no processo SEI n. 03578/2020,

RESOLVE:

Art. 1º O §2º do art. 12, o §1º do art. 18 e o I, § 1º do Art. 51 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12º.....

§2º Na codocência deve ser observado o limite de 10 (dez) cursistas por instrutor e instrutor em formação e de 40 (quarenta) alunos por turma. (NR)

(...)

Art. 18.....

§1º Os cursos serão ministrados mediante codocência entre instrutores e instrutores em formação com cadastro vigente no Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira (CIJUC) do ConciliaJud ou somente por um instrutor, igualmente, cadastrado que tenha o apoio da equipe do NUPEMEC, observada em ambos os casos a proporção de instrutores estabelecida no §2º o do art. 12 deste regulamento.

(...)

Art. 51.....

I - atuação, sem percepção de remuneração pelo exercício de atividade docente, conforme o caso, em pelo menos 01 (um) curso de formação de mediadores e/ou conciliadores judiciais ou curso de formação de expositores das oficinas de divórcio e parentalidade, por ano, na forma prevista nos artigos 12, 18 e 30 deste regulamento; ou”

Art. 3º Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2020.

Conselheiro **Henrique de Almeida Ávila**
Presidente do Comitê Gestor da Conciliação